

CRER E SABER: O *ABSURDO* DE MOORE ANALISADO A PARTIR DE WITTGENSTEIN¹

Darlei Dall'Agnol

Universidade Federal de Santa Catarina/CNPq

Abstract: This paper seeks to show that Moore's absurdities (statements such as "It is raining, but I do not believe that it is.") are the result of disrespecting Moore's own epistemological commitments. Moreover, it presents a way of dissolving these absurdities by means of Wittgenstein's philosophical analysis of "belief" and "knowledge". The motivation to carry out this work is to find out whether, as many commentators have held, there is an ethical problem related to the alleged paradox such as the sincerity of the speaker. Finally, it seeks to settle the epistemic foundations for establishing whether the late Wittgenstein remains a non-cognitivist in ethics or otherwise.

Keywords: Moore's paradox, epistemology, logic, Wittgenstein.

Resumo: O artigo procura mostrar que os chamados "Absurdos de Moore" (asserções do tipo "Está chovendo, mas eu não acredito que esteja") são o resultado do desrespeito aos princípios epistemológicos assumidos pelo próprio Moore. Além disso, ele apresenta um modo de dissolver os absurdos através da análise filosófica de Wittgenstein da crença e do conhecimento. A motivação para elaborar esse trabalho é a de descobrir se existe, como alguns comentadores sugerem, algum problema ético relacionado com o suposto paradoxo, por exemplo, uma presunção de sinceridade do falante. Finalmente, ele procura estabelecer as bases epistêmicas para determinar se Wittgenstein continua um não-cognitivista na ética no seu trabalho tardio.

Palavras-chave: Paradoxo de Moore, epistemologia, lógica, Wittgenstein.

¹Trabalho apresentado como pré-publicação no Seminário *Lógica e Fundamentos da Ciência* promovido pelo Departamento de Filosofia da UFSC, em junho de 2004. Enquanto este artigo estava no prelo, a Oxford University Press anunciou o lançamento do livro "Moore's Paradox," organizado por Green e Williams. Assim, o presente artigo não considera as discussões sobre o tema presentes naquela obra. Agradeço aos professores Décio Krause e Newton da Costa pelos comentários à uma versão anterior deste artigo, bem como às observações críticas de Eduardo Neves Filho. Agradeço, também, ao CNPq pelo apoio financeiro ao meu atual projeto de pesquisa.

“Was ich weiss, das glaube ich.” (Wittgenstein)

Introdução

A discussão sobre o assim chamado “Paradoxo de Moore” tomou rumos diversos na atualidade. Geralmente, ele é associado a afirmações do seguinte tipo (também chamadas “Moore-paradoxais”):

i) $p \wedge \sim A_p$ (em linguagem natural: Chove, mas eu não acredito que esteja chovendo);

ii) $p \wedge A \sim p$ (Chove, mas eu acredito que não esteja chovendo).

O problema é que parece contraditório alguém afirmar, no presente do indicativo, que está chovendo (pressupondo que *sabe*), mas que não *acredita* que esteja chovendo. Além disso, segundo alguns intérpretes, uma afirmação Moore-paradoxal introduz também dificuldades relacionadas com a identidade pessoal ou com sentenças envolvendo atitudes proposicionais. Por outro lado, esse problema é visto como um problema *lógico* ao qual é apresentada uma solução que consiste na eliminação desse tipo de afirmações através da reconstrução de um sistema formal no qual elas não figuram, ou melhor, no qual torna-se patente que é *irracional* sustentá-las (cf., por exemplo, Almeida 2001).

Nesse breve ensaio, todavia, essas formas de lidar com a dificuldade não serão discutidas de forma detalhada. Esse trabalho pretende, ao invés disso, reconstruir, na primeira seção, uma versão especificamente *mooreana* do problema que será, aqui, chamada de “Absurdo de Moore” para diferenciá-la das versões predominantes, principalmente, do que Wittgenstein chamou “Paradoxo de Moore”. É extremamente importante notar que no artigo “Moore’s Paradox” (1993, p.208-209), Moore sustenta que afirmações que hoje são chamadas Moore-paradoxais são simples *absurdos* e o *paradoxal* é que tais absurdos possam ser ditos com sentido por uma terceira pessoa que pode emitir juízos verdadeiros sobre mim que eu próprio não posso. Por exemplo, não é absurdo alguém dizer “Chove, mas Darlei não acredita que esteja chovendo.” Além disso, Moore sustenta que é *paradoxal* que o que é dito através de um absurdo pode muito bem ser verdadeiro e assim não é

uma contradição. Todavia, este trabalho não pretende ater-se ao caráter *paradoxal* do problema, mas apenas compreender o que há de *absurdo* e apresentar um modo de resolvê-lo. Tal objetivo fica para outro trabalho, principalmente, considerando agora a publicação do livro “Moore’s Paradox.”

Na segunda seção, será apresentada uma nova forma wittgensteiniana de eliminação do Absurdo de Moore. Particularmente, será discutida a sugestão “wittgensteiniana” de Welbourne (p.239) de que a insinceridade acompanha uma afirmação Moore-absurda. Tal idéia é equivocada e outra solução será buscada. Assim, a inspiração para a dissolução do problema será encontrada no livro de Wittgenstein *Da Certeza* e não apenas nas *Investigações Filosóficas* (citadas, daqui para frente, como IF). Desse modo, não se procurará resolver o que o próprio Wittgenstein chamou de “Paradoxo de Moore,” mas antes encontrar uma (dis)solução wittgensteiniana ao que, aqui, se chama “Absurdo de Moore.” Note-se, por conseguinte, que Moore e Wittgenstein entendiam o assim chamado “Paradoxo de Moore” de modo diferente. Finalmente, na conclusão, a solução será discutida criticamente.

1 – O Absurdo de Moore

Convém iniciar com uma das primeiras manifestações de Wittgenstein sobre a descoberta do assim chamado “Paradoxo de Moore”. Sua expressão mais completa é feita numa carta ao próprio Moore:

Gostaria de falar o quão contente eu estou que você leu um ensaio para nós ontem. Parece-me que o ponto mais importante foi a ‘absurdidade’ da asserção ‘Há um fogo nesta sala e eu não acredito que haja’. Chamar a isso, como você faz, de ‘um absurdo por motivos *psicológicos*’ parece-me equivocado ou *sumamente* enganoso. (Se eu pergunto a alguém: ‘Há fogo na sala ao lado?’ e ele me responde: ‘Acredito que sim’ eu não posso dizer: ‘Não fuja do assunto. Eu perguntei pelo fogo e não pelo seu estado mental.’ Mas o que quero dizer é isto: assinalar este ‘absurdo’ que é de fato *similar* a uma contradição, embora não seja uma, é tão importante que *espero que você publique seu artigo*. Mas não fique chocado com minha afirmação que é algo similar a uma

contradição. Brevemente, isto significa: ela desempenha uma função similar na lógica. Você disse algo sobre a *lógica* de uma asserção. A saber: tem sentido dizer ‘suponhamos que p seja o caso e eu não acredito que p seja o caso’ enquanto que não tem *nenhum* sentido afirmar: ‘ $\neg p$ é o caso e eu não acredito que p seja o caso.’ Essa *asserção* deve ser excluída pelo ‘senso comum’ como o é uma contradição. E isto mostra que a lógica não é tão simples como crêem os lógicos. Particularmente, que a contradição não é uma coisa *única* como as pessoas acreditam. Não é a *única* forma logicamente inadmissível e em certas circunstâncias é admissível. E mostrar isso me parece ser o principal mérito de seu artigo. Em poucas palavras, creio que você fez um *descobrimto* e deve publicá-lo.²

É importante frisar que a primeira qualificação feita por Wittgenstein foi a de que se trata de um *absurdo* similar a uma contradição. Somente nas *Investigações Filosóficas*, onde ele estabeleceu a interpretação clássica do “Paradoxo de Moore”, o problema é tratado diferentemente. Este ponto será discutido mais adiante.

Infelizmente, o artigo original de Moore, ao qual a carta de Wittgenstein provavelmente se refere, parece ter-se perdido para sempre. Mesmo nos escritos de Moore publicados recentemente, organizados por Thomas Baldwin, o trabalho “Moore’s Paradox” não é, segundo seu editor, o texto originalmente apresentado na comunicação mencionada na carta de Wittgenstein. Por conseguinte, torna-se difícil reconstruir com exatidão a qual dificuldade Moore estava se referindo e que foi objeto do comentário da carta de Wittgenstein. É notória, todavia, a incapacidade de Moore de encontrar uma solução satisfatória para o problema que tais afirmações levantavam.

Para reconstruir o que Moore pensava a respeito de sua dificuldade, há, entretanto, um texto principal escrito, revisado e publicado pelo próprio Moore. Trata-se de “A Reply to my Critics,” de 1942, anterior ao artigo apresentado e comentado por Wittgenstein. Segundo Moore, afirmar “Eu fui ao cinema na última terça-feira, mas não acredito que tenha ido” é uma “coisa perfeitamente *absurda* de se dizer, embora *o que* é afirmado é algo que

² WITTGENSTEIN, L. *Letters to Russell, Keynes and Moore*. Oxford: Blackwell, 1974. (Outubro de 1944)

é perfeitamente possível sob o ponto de vista da lógica.”³ Quando Moore diz que aquilo que é afirmado é possível sob o ponto de vista lógico, ele observa que se representarmos a proposição “Eu fui ao cinema na última terça-feira” por p e “Não acredito que tenha ido” por q , ambas podem perfeitamente ser verdadeiras. Todavia, a conjunção delas, sendo ambas verdadeiras, deveria resultar numa proposição também verdadeira, mas este não é o caso.

Note-se que Moore não trata o problema como sendo estritamente *lógico*, por exemplo como uma contradição formal, e que, como na carta de Wittgenstein, fala-se de um *absurdo*. Essa é também a qualificação dada por Moore no texto “Moore’s Paradox”, (cf. p. 207) onde se usa a expressão “nonsensical” e no texto “Russell’s Theory of Descriptions.”⁴ A diferença entre Moore e Wittgenstein, segundo a carta acima citada, estaria no fato de que o primeiro trata esse absurdo como algo *psicológico* enquanto que o segundo trata-o como um problema *lógico*. Todavia, esse não é, *pace* Wittgenstein, o caso. Moore está, nos diversos contextos onde o problema aparece, discutindo a noção de *implicação*, a qual apresenta dificuldades lógicas. Resta saber se considera a implicação meramente formal ou se admite também a material, mas essa discussão não é necessária para os objetivos do presente trabalho. É correto, entretanto, dizer que ele não considerava uma afirmação Moore-paradoxal como uma contradição no sentido estrito. Como Moore escreveu:

Se, por exemplo, eu assiro, num dia particular, que eu fui ao cinema na terça-feira anterior, eu *implico*, asserindo isto, que, no momento da fala, eu acredito ou sei que eu o fiz, embora eu não *diga* que acredite ou saiba.⁵

Não resta dúvida, portanto, que Moore não está tratando de questões meramente psicológicas. O que parece claro também, considerando a citação anterior, é que o foco central da questão é a implicação entre os verbos *epistêmicos* crer e saber.

³ MOORE, G. E. “A Reply to My Critics.” In: SCHILPP, P. A. (ed.) *The philosophy of G.E. Moore*. Evaston/Chicago: Northwestern University, 1942. p.543. Primeiros itálicos acrescentados.

⁴ MOORE, G. E. *Philosophical papers*. London/New York: George Allen & Unwin/Humanities Press, 1970. p. 174-6.

⁵ MOORE, G.E. “A Reply to My Critics.” In: SCHILPP, P. A. (ed.) *The philosophy of G. E. Moore*. Evaston/Chicago: Northwestern University, 1942. p.541.

Para compreender, por conseguinte, a *absurdidade* da afirmação é necessário reconstruir brevemente a *epistemologia* mooreana. Antes de fazer isso, é interessante notar que as dificuldades epistêmicas relacionadas com o “Absurdo de Moore,” como ele é aqui chamado, podem ser encontradas já nos livros *Principia Ethica* e *Ethics*. Por exemplo, quando Moore discute se “bom” pode ser definido em termos daquilo que é preferido, ele escreve:

É freqüentemente notado que eu não posso num determinado momento distinguir o que é verdadeiro do que eu penso que seja: e isto é verdade. Mas, embora eu não possa distinguir o que é verdadeiro do que eu penso que seja, eu sempre posso distinguir o que eu significo ao dizer *que* algo é verdadeiro do que eu significo ao dizer *que* eu penso assim. Eu entendo o significado da suposição de que o que eu penso que seja verdadeiro possa, contudo, ser falso.⁶

Note-se, aqui, que a distinção central é entre afirmar algo como verdadeiro e acreditar no que é dito. Por conseguinte, trata-se de uma distinção epistêmica e de uma dificuldade lógica.

No livro *Ethics*, publicado em 1912, encontram-se afirmações que prenunciam a formulação do “Absurdo de Moore”. Nesse livro, Moore argumenta contra a posição subjetivista na ética, a qual sustenta que quando uma pessoa afirma que uma ação é errada, ela está apenas afirmando que *acredita* que esteja errada (cf. p. 63-4). Sustenta que essa posição confunde o que é asserido com o pensamento que é *implicado* pela asserção, isto é, com o conteúdo. A distinção entre *ato* de julgar e *conteúdo* do julgamento é central também para a tentativa mooreana de refutar o idealismo e, por conseguinte, para o surgimento da própria filosofia analítica. Enfim, no livro *Ethics*, Moore insiste que quando alguém *assere* que p, *implica* que *acredita* ou *sabe* que p. Vê-se, novamente, que a dificuldade é epistêmica e lógica.

Quanto à epistemologia mooreana, pode-se afirmar que ela se coloca na tradição que define conhecimento como *crença verdadeira e justificada*. No artigo “Kant’s Idealism”, publicado em 1903-4, Moore escreveu: “quando nós dizemos que *sabemos* algo, nós significamos *tanto* que nós acreditamos nesse algo, que nós temos uma certa atitude mental em relação a este algo,

⁶ MOORE, G. E. *Principia Ethica*. Cambridge, Cambridge University Press, 1993. p.183. Para um comentário geral da filosofia de Moore, incluindo sua ética, ver: Dall'Agnol, 2002.

quanto que a proposição é verdadeira.”⁷ Como pode ser percebido, Moore aliou-se à uma tradição epistemológica, cujas origens estão no *Teeteto* de Platão, que define conhecimento como *crença verdadeira* e, pode-se acrescentar, justificada. É possível, então, esquematizar a análise que Moore fez do conhecimento. Klemke argumenta que a proposição “x sabe que p” implica, para Moore, que:⁸

- (i) x apreende diretamente p;
- (ii) x acredita que p
- (iii) p é verdadeira; e
- (iv) x tem evidências adequadas que p.

Esse esquema analítico apresenta aquelas que são, para Moore, as condições necessárias e suficientes do conhecimento.

É claro que esse modelo está sujeito a objeções. Por exemplo, a primeira condição é simplesmente supérflua. É irrelevante o modo como uma proposição é apreendida. Além disso, ele pressupõe que somente há conhecimento do verdadeiro. Essa suposição, todavia, parece razoável, pois, aparentemente, não se pode saber uma coisa falsa. Por exemplo, ninguém pode saber que $1 + 1 = 3$, porque $1 + 1$ não é igual a 3. Finalmente, no que diz respeito à última condição, há os supostos contra-exemplos levantados por Gettier que, entretanto, apenas colocam dificuldades para se estabelecer o que conta como evidência *suficiente*. Gettier argumenta que há casos em que alguém está justificado em acreditar em algo que é verdadeiro, mas que isto não representa conhecimento. Todavia, os casos citados por Gettier não são propriamente refutações da definição clássica de conhecimento, pois sempre é possível sustentar, por exemplo, que a evidência não era suficiente para justificar a crença de Smith, a saber, que Jones conseguiria o emprego.⁹ Deixando, entretanto, aqui essas dificuldades de lado, é certo que esse modelo impede que crenças absurdas ou opiniões tolas sejam consideradas

⁷ MOORE, G. E. Kant's Idealism. *Proceedings of the Aristotelian Society*. V. iv, 1903-4, p. 132.

⁸ KLEMKE, E. D. *The Epistemology of G. E. Moore*. Evanston: Northwestern University Press, 1969. p.137

⁹ As “evidências”, aliás, são até mesmo suspeitas, pois o diretor da empresa que estava entrevistando para o emprego poderia estar testando Smith ao dizer que Jones conseguiria a vaga. Conferir: GETTIER, E. “Is Justified True Belief Knowledge? In: GRIFFITHS, A.P. *Knowledge and belief*. Oxford: University Press, 1976 p. 144-6. Sobre a crítica mais detalhada de Gettier ver: Dall’Agnol, 2005, p. 55-6.

conhecimento. Portanto, para Moore, uma *crença*, para ser considerada *conhecimento*, deve ser *justificada*.

É possível, agora, visualizar claramente como surge o “Absurdo de Moore” na sua epistemologia. É certo que, do seu ponto de vista, a absurdidade revela-se no fato de que uma sentença como $p \& \sim A$, tomada em seu conjunto, primeiro asseire algo (que chove) pressupondo que seja verdadeiro, ou melhor, *implicando* que o falante *acredita* no que asseire, e depois nega uma das condições da afirmação, a saber, exatamente a crença. Por conseguinte, a sentença, como um todo, é um absurdo pelos pressupostos epistemológicos e lógicos assumidos por Moore. É marca característica de uma asserção, segundo Moore, que ela *implica* a crença do falante na verdade da proposição.

Voltando, agora, aos textos “A Reply to my Critics” e “Moore’s Paradox” nota-se que o caráter do sem sentido de uma asserção Moore-absurda surge sob outras condições muito especiais. Por exemplo, não existe absurdo se ao invés de estar *asserindo* algo, alguém está simplesmente *mentindo*. Esse fato foi percebido claramente por Moore: “É claro que, do fato de que você disse que fez algo [foi ao cinema], não se segue que você acredite que fez: você pode estar mentindo.”¹⁰ Observe que Moore usa aqui “dizer” e não “asserir,” pois “asserir” *significa* declarar uma proposição verdadeira. Esse é o sentido do assertor fregeano, explicitamente citado por Wittgenstein na carta acima citada. E, novamente, no texto “Moore’s Paradox”, ele sustenta que se alguém diz algo e, ao mesmo tempo, acrescenta que não acredita naquilo que fala, não está fazendo um uso inapropriado da linguagem. E acrescenta: “quando você está mentindo, não se segue que você está usando a linguagem inapropriadamente.”¹¹ Por isso, é necessário manter presente a distinção entre *asserir* algo, que implica acreditar no que é dito, e simplesmente *falar* algo que pode ser, por exemplo, expressar uma mentira. Uma afirmação Moore-absurda não surgiria se a sentença fosse meramente proferida sem ser asseverada. Portanto, não há questões éticas envolvidas em

¹⁰ MOORE, G. E. “A Reply to My Critics.” In: SCHILPP, P. A. (ed.) *The philosophy of G. E. Moore*. Evaston/Chicago: Northwestern University, 1942. p.543.

¹¹ MOORE, G. E. “Moore’s Paradox”. In: MOORE, G. E. *Selected Writings*. London/New York: Routledge, 1993. p. 211. Por conseguinte, a diferença entre simplesmente *falar* e *asseverar* (declarar com certeza) é fundamental para entender um Moore-absurdo. Para uma distinção similar ver: Dall’Agnol, 2004.

afirmações Moore-absurdas, isto é, *pace* Welbourne, não há pressuposição de sinceridade do falante. Trata-se apenas do tipo de enunciação.

Há, também, questões relacionadas com a estrutura intencional das sentenças não plenamente desenvolvidas por Moore. No texto “Moore’s Paradox,” Moore escreveu: “uma pessoa ao dizer certas palavras assertivamente *tenta* fazer seu ouvinte acreditar que ele acredita na proposição expressa.”¹² E complementa dizendo que nem sempre essa pessoa nos leva a acreditar nela, pois se for um notório mentiroso não acreditaremos que ele acredita no que diz. É claro que a intencionalidade introduz outros problemas na abordagem do “Absurdo de Moore” que não podem ser tratados aqui de forma detalhada. Basta, por ora, notar que nenhuma outra intenção pode contar como relevante para o problema que se está tratando a não ser a de fazer um ouvinte ou uma platéia acreditar no que está sendo asseverado. Se esse não for o caso, o absurdo simplesmente não surgirá.

Finalizando a reconstrução do chamado “Absurdo de Moore”, deve-se salientar, novamente, que Moore realmente nega que uma tal afirmação seja uma contradição formal. Ele escreveu sobre sentenças do tipo $p \& \sim A$:

Os significados das duas sentenças são tais que ambas podem ser verdadeiras ao mesmo tempo. É bastante diferente de ‘não está chovendo, mas de fato está’. Aqui, o significado das duas sentenças é tal que elas não podem ambas ser verdadeiras.¹³

Sabe-se que a conjunção de duas proposições verdadeiras deve resultar numa sentença verdadeira, o que não é o caso numa sentença do tipo Moore-absurdo. Esta “conjunção incongruente” gera a absurdidade da sentença complexa. A conclusão que se deve chegar, então, é que, para Moore, o sem sentido de tais sentenças é gerado por causas epistêmicas, quer dizer, pela asserção da verdade de p , que implica na sua crença, e pela posterior negação dessa implicação na segunda parte da sentença.

¹² MOORE, G. E. “Moore’s Paradox”. In: MOORE, G. E. *Selected Writings*. London/New York: Routledge, 1993. p. 211. Sobre esse ponto ver o livro de Baldwin (cf. Bibliografia).

¹³ MOORE, G. E. “A Reply to My Critics.” In: SCHILPP, P. A. (ed.). *The philosophy of G.E. Moore*. Evanston/Chicago: Northwestern University, 1942 p.509.

2 – Uma dissolução wittgensteiniana do Absurdo de Moore

Wittgenstein logo reconheceu a importância do problema que Moore estava descobrindo. Além da carta acima citada, escreveu que Moore, com seu paradoxo, “tocou num vespeiro. Se as abelhas ainda não se moveram é porque elas estão um tanto apáticas.”¹⁴ Referia-se, provavelmente, a lógicos, como Bertrand Russell, que acreditavam que a contradição era algo simples, de uma forma única ou que a lógica não deveria tratar das *condições de asserção* de uma sentença. Como será visto, Wittgenstein redefinirá a lógica concebendo-a como *gramática filosófica* para superar as limitações da lógica formal clássica e para poder resolver problemas como os levantados por Moore.

Deve-se notar, primeiramente, que há controvérsias sobre a interpretação do próprio Wittgenstein do assim chamado “Paradoxo de Moore.” Por exemplo, alguns comentadores sustentam que Wittgenstein resolveu tal dificuldade através de uma concepção metafísica do sujeito tal como ela já aparece no *Tractatus*. O paradoxo surgiria porque há verdades sobre mim mesmo, enquanto sujeito metafísico, que eu próprio não poderia enunciar.¹⁵ Todavia, tal interpretação parece distanciar-se do que o próprio Wittgenstein diz nas *Investigações Filosóficas* onde tenta superar o suposto solipsismo presente no *Tractatus*. Seja como for, o ponto importante a ser notado, por ora, é que o modo como Moore qualificava afirmações do tipo p&~Ap chamando-as de absurdas é distinto do que o próprio Wittgenstein posteriormente, como veremos a seguir, interpretou como sendo a natureza de tais sentenças.

Há, nas *Investigações Filosóficas* (ao menos, nas edições que publicam a segunda parte do livro), uma seção especialmente dedicada ao “Paradoxo de Moore.”¹⁶ Wittgenstein reconstrói o problema desse modo: “a expressão ‘Eu acredito que esse é o caso’ é usada como a asserção ‘Esse é o caso’; e a assunção que eu acredito que esse é o caso não é usada como a assunção que esse é o caso.”¹⁷ Para entender essa explicação, deve-se partir do pressuposto

¹⁴ WITTGENSTEIN, L. *Vermischte Bemerkungen*. Frankfurt: Suhrkamp, 1989. p.558.

¹⁵ BALDWIN, T. G. E. *Moore*. London/New York: Routledge, 1992. p.226-231.

¹⁶ Convém salientar, também, que o tema é discutido por Wittgenstein nos livros *Anotações sobre Filosofia da Psicologia* e *Últimos escritos sobre Filosofia da Psicologia* (cf. Bibliografia) que não será aqui abordado. Quanto à estrutura das *Investigações Filosóficas*, parece acertada a decisão recente de certas editoras, por exemplo da Suhrkamp, de publicar somente a primeira parte da obra.

¹⁷ WITTGENSTEIN, L. *Philosophische Untersuchungen*. Segunda Parte, Seção X. Note-se que, aqui, Wittgenstein abandona, aparentemente, a tese puramente extensionalista presente no *Tractatus* a partir

de que a asserção “creio que isto é assim,” para Wittgenstein, pode muitas vezes ser usada como sinônimo de “isto é assim”. Quando esse for o caso, uma afirmação Moore-paradoxal é simplesmente uma contradição formal tal como ela é entendida na lógica clássica. Mas essa não é a história completa e muitas soluções ditas “wittgensteinianas” do “Paradoxo de Moore” esquecem pontos importantes.

Há várias tentativas de resolver o “Paradoxo de Moore” a partir de Wittgenstein. Por um lado, Linville, Ring, Goldstein (cf. Bibliografia) sustentam o enfoque “afirmação-como-asserção” (*avowal-as-assertion*) tendo como premissa fundamental a equivalência entre “Acredito que p” e “p”. Por outro lado, Heal defende que uma sentença Moore-paradoxal é sem sentido por causas performativas (por exemplo, se acredito que acredito que p, então acredito que p). Já Williams critica ambos, argumentando que eles dão conta apenas de um tipo de Paradoxo-Moore, a saber, da primeira forma ($p \& \sim A p$), mas não da segunda ($p \& A \sim p$). Como alternativa, propõe um enfoque baseado na sinceridade da afirmação do falante que, como foi visto na primeira seção a partir de Welbourne, não parece promissora.¹⁸ Já Faria sustenta que o paradoxo tem a ver com bons e maus usos da imaginação na filosofia, isto é, com o poder de *supor* algo, de pensar no subjuntivo. Esse parece ser o caso, principalmente, se levarmos em consideração a citação feita acima da segunda parte das *Investigações Filosóficas*. No presente trabalho, portanto, essa interpretação será utilizada insistindo na idéia de que quem asseire p, *supõe* a crença em p. De um modo geral, algumas das soluções ditas “wittgensteinianas” esquecem que a elucidação das *regras de uso* de “crer,” “saber” etc. são fundamentais para jogar um pouco de luz sobre o quadro completo no qual o problema tratado precisa ser resolvido. Todavia, a questão aqui é descobrir como dissolver de forma wittgensteiniana o *absurdo* e não o paradoxo de Moore.

Para compreender como o problema levantado por Moore pode ser resolvido, ou melhor, dissolvido, é necessário ter presente duas coisas. Primeiro, o que estabelece o significado das palavras, das sentenças etc. são as

da qual criticara a epistemologia de Moore e de Russell sustentando que proposições da forma A crê/julga p são equivalentes a ‘p’ diz p (cf.5.542). Não abandona, todavia, a idéia da equivalência, em alguns de seus usos, dessas expressões.

¹⁸ De acordo com Williams “ao asserir que p, eu normalmente *expresso* a crença que p no sentido de que eu garanto uma justificação *prima facie* para acreditar em mim como alguém sincero ao garantir a justificação *prima facie* para pensar em mim como uma pessoa honesta.” (1998: 295)

regras de seu uso (IF § 43). Assim, certas afirmações que são tautológicas ou contraditórias em certos jogos-de-linguagem podem não sê-lo necessariamente em outros. Por exemplo, afirmar $p \& \sim p$ num jogo-de-linguagem formal, digamos na lógica clássica, é emitir uma contradição. Por outro lado, na linguagem cotidiana alguém pode, em algumas circunstâncias muito específicas, afirmar “chove e não chove” e, com isso, dizer algo significativo, por exemplo, que está garoando, isto é, que não chove torrencialmente, mas também que não está fazendo sol. Na carta citada acima, Wittgenstein diz explicitamente que uma sentença que formalmente parece uma contradição, em alguns casos, é plenamente admissível. Aliás, a posição do Wittgenstein maduro com relação à contradição é bastante complexa e não pode ser tratada detalhadamente aqui. É necessário lembrar, todavia, que no seu livro *Über die Grundlagen der Mathematik*, ele sustenta que a descoberta de contradições ou paradoxos não torna a nossa linguagem simplesmente inútil, pois, na medida em que se torna claro onde e porque elas surgem, podemos “tolerá-las” e encontrar maneiras de contorná-las ou afastá-las como faz o senso comum. Por isso, não precisamos ver uma contradição como um “sintoma local de uma doença do corpo todo” (*Op. cit.* §12, 80). Por conseguinte, as sentenças Moore-absurdas não podem ser tomadas isoladamente: elas precisam ser compreendidas no seu *contexto*, num jogo-de-linguagem.

Ter clareza sobre esse ponto permite responder a várias objeções que geralmente são feitas a uma aproximação wittgensteiniana do problema levantado por Moore. Quer dizer, objeta-se que, se há um uso da expressão “eu creio p ” como equivalente a p sendo, então, uma asserção Moore-paradoxal apenas um caso de contradição lógica, não se consegue mostrar que uma negação dessa afirmação seja uma tautologia. Mas esse é exatamente o caso. No referido uso, na afirmação $p \& \sim Ap$, se Ap é equivalente a p (a gramática superficial pode não coincidir com a lógica), então tem-se simplesmente $p \& \sim p$ e sua negação $\sim(p \& \sim p)$ é uma tautologia. Agora, se o uso de “ $\sim Ap$ ” descreve uma atitude proposicional do tipo “*eu não acredito que chove*” querendo com isso significar que, de fato, *eu* duvido que esteja chovendo, então a afirmação $p \& \sim Ap$ não é uma contradição formal.

Para resolver esse segundo caso, é importante notar que Wittgenstein, com seu projeto de uma gramática filosófica (que não é um projeto meramente lingüístico, mas sim *lógico* no sentido lato dessa palavra), pretende esclarecer as *regras* de uso das expressões, sentenças etc. Assim, se a

questão é dizer sob que condições o emprego dos verbos “crer” e “saber” é correto ou não, precisamos investigar que regras determinam o seu significado. Nesse particular, Wittgenstein escreveu nas *Investigações Filosóficas*:

A gramática da palavra ‘saber’ está evidentemente próxima daquela de ‘poder,’ ‘ser capaz de.’ Mas também próxima daquela de ‘entender.’ (‘Dominar’ uma técnica).

...

Mas há também esse uso da palavra ‘saber’: nós dizemos ‘Agora, eu sei!’ –e similarmente ‘Agora eu posso fazer isto!’ e ‘Agora, eu entendo!’¹⁹

Deixando de lado, por ora, uma explicação mais detalhada do projeto de uma *gramática filosófica* e suas implicações para as questões tradicionalmente tratadas como sendo do domínio da epistemologia, parece claro que, se o sentido de “saber” for tomado em termos de suas semelhanças-de-família com “entender”, então não é infundado afirmar que Wittgenstein não recusaria completamente a definição tradicional de conhecimento enquanto crença verdadeira e justificada. Apenas sustentaria que ela é parcial, isto é, relativa a *um* uso possível do verbo “saber”: aquele que possui semelhanças-de-família com “compreender”.

Esse passo argumentativo permite que se veja com clareza qual é a forma wittgensteiniana de dissolver o “Absurdo de Moore”. No livro *Da Certeza*, que de resto é uma discussão geral da epistemologia mooreana bem como de suas bases metafísicas, *escrito depois* de Wittgenstein ter revisado as *Investigações Filosóficas*, há uma sentença iluminadora citada no presente trabalho como epígrafe: “Aquilo que sei, acredito”.²⁰ Ora, essa afirmação é o reverso de uma asserção Moore-paradoxal e parece pressupor a aceitação parcial da definição clássica de conhecimento enquanto crença verdadeira e justificada como adequada para esclarecer *um* uso de “saber”. Enquanto a observação de Wittgenstein ilustra a correta aplicação das regras que governam o emprego de “crer” e “saber,” uma afirmação Moore-absurdo é um exemplo típico de um absurdo que a *análise*, enquanto método

¹⁹ WITTGENSTEIN, L. *Philosophische Untersuchungen*. § 150 e 151.

²⁰ WITTGENSTEIN, L. *Über Gewissheit*. §177.

filosófico, deve decompor, separar, *distinguir em suas diferentes regras de uso* (IF § 90).

É necessário insistir um pouco mais nesse ponto. O inverso de “Aquilo que sei, acredito,” ou seja, “Aquilo que acredito, sei” não é verdadeiro. Nem tudo aquilo que é objeto de crença é objeto de conhecimento, mas tudo o que é conhecido é também acreditado. A gramática filosófica, através de definições, estabelece regras de uso diferentes para crer e saber, por exemplo: saber =_{df} acreditar e ter evidências adequadas que justifiquem a crença; crer =_{df} ter a pré-disposição de aceitar a verdade de uma proposição mesmo sem evidências suficientes. Assim, alguém poderia dizer “*Acredito* que haja vida extraterrestre, embora *não saiba* se de fato existe”, mas não “*Sei* que há vida extraterrestre, embora *não acredite* que exista.” Na primeira afirmação, há um uso correto de “crer” e “saber,” mas não na segunda que é simplesmente uma forma de sentença Moore-absurda. Por conseguinte, é possível dizer que o “Absurdo de Moore” é simplesmente um mau *uso* dos verbos epistêmicos (crer e saber) que aparecem nas sentenças, ou seja, que não se seguiu as regras corretas que determinam o seu significado. Enquanto que para Moore o problema era basicamente epistêmico, para Wittgenstein é *lógico*, isto é, gramático-filosófico. Além disso, Wittgenstein aponta para as condições de dissolução do problema enquanto que Moore era incapaz de fazê-lo.

A solução parece, então, simples. Como Hare notou, “é uma tautologia dizer que não podemos sinceramente asserir uma sentença e, *ao mesmo tempo*, não acreditar nela.”²¹ Moore não conseguiu equacionar satisfatoriamente o problema que levantou, pois não distinguiu com clareza os aspectos éticos, lógicos e epistemológicos envolvidos. Ele não viu também que com seu problema levantava a necessidade de expandir os limites estreitos da lógica formal clássica. Foi para resolver esse tipo de dificuldade, entre outras, que Wittgenstein elaborou a sua gramática filosófica.

Se isto é verdadeiro, pode-se similarmente descobrir outras formas de asserções absurdas para o verbo “saber”, agora significando algo próximo a “ser capaz de” e que apontaria talvez para um enfoque “pragmático” do conhecimento, embora esta também não seja a melhor interpretação de Wittgenstein, *pace* pós-modernistas americanos como Rorty. Por exemplo, se alguém diz “*Sei* contar até 10 em alemão, mas *não posso* fazê-lo!” expressa

²¹ HARE, R. *The language of morals*. Oxford: Clarendon Press, 1952. p.20.

uma sentença Moore-absurda à luz da análise wittgensteiniana de “saber” enquanto “ser capaz de.” Para dissolver tal problema, deve-se atentar para as regras de uso do “saber-como.” Eventualmente, tem-se, aqui, um sentido de “saber” relevante para a filosofia prática e que deve ser investigação para determinar até que ponto Wittgenstein continua um não-cognitivista na ética como foi no *Tractatus* ou se muda para uma posição cognitivista na sua obra tardia. Mas este ponto está fora dos limites do presente trabalho, embora ele tenha sido preparado o terreno para tal discussão.

Finalmente, é necessário notar que as palavras possuem o significado que nós lhes emprestamos, via definições, ao estabelecermos as regras de seu uso. Assim, podemos imaginar muito bem alguém afirmando “Sei que minha prima Glauca faleceu, mas não acredito” e dizer algo com sentido, por exemplo, que apesar do fato de que ela realmente faleceu, isso não poderia ter acontecido. Estamos aqui num outro jogo-de-linguagem. Em outros termos, se alguém usar a palavra “crença” com um significado distinto daquele definido acima, porém suficientemente claro e determinado, pode emitir sentenças que aparentemente são Moore-absurdos, sem afirmar de fato uma proposição sem sentido. Mais uma vez, é a gramática, no sentido wittgensteiniano, que permite que vejamos sob que condições podemos dizer algo com sentido e quando emitimos simples absurdos. Por conseguinte, o que foi feito, no presente trabalho, foi tentar dissolver afirmações do tipo Moore-absurdas, tal como o próprio Moore as entendeu, através de um esclarecimento sobre as regras de uso de certos termos epistêmicos como crer e saber.

Observações Finais

Parece claro que, na obra de Moore, o caráter absurdo de certas afirmações deve ser compreendido a partir de seu modelo epistemológico, mesmo que tenha relação com a noção lógica de implicação. Quer dizer, se alguém assumir que conhecimento significa crença verdadeira e justificada e se afirmar que sabe p , então negar uma das suas condições, isto é, a crença em p , é algo sem sentido. Em outras palavras, “aquilo que sei, acredito.”

O modelo epistemológico de Moore não foi completamente rejeitado por Wittgenstein que, todavia, mostrou com seu projeto de uma gramática filosófica (nesse sentido as *Investigações Filosóficas* são investigações lógicas) que as afirmações do tipo Moore-absurdas surgem quando não seguimos

corretamente as *regras* do uso de expressões ou sentenças contendo “crer” e “saber.” Por exemplo, ao asseverar que p , uma pessoa implica a pressuposição da crença na verdade de p (bem como a existência de evidências adequadas) e, posteriormente, ao compor uma proposição complexa ($p \ \& \ \sim Ap$) a partir desta onde essa *suposição* é então negada ($\sim Ap$), ela produz um absurdo por não seguir a regra que estabelece os usos dos verbos epistêmicos em questão. A sua (dis)solução, todavia, é simples: basta atentar para as regras do uso adequado das palavras envolvidas e segui-las corretamente.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, C. What Moore's Paradox is about. *Philosophy and Phenomenological Research*. V.LXII, N.1, January 2001. p. 33-58.
- BALDWIN, T. *G. E. Moore*. London/New York: Routledge, 1992.
- DALL'AGNOL, D. "G. E. Moore." In: DEMATEIS, p. (Ed) *British Philosophers 1800-2000*. New York: Thomson Gale, 2002. p. 155-163.
- _____. What We Cannot Say, We Can and Must Speak About. In: MAREK, J. C. & REICHER, M. E. *Experience and Analysis*. Kirchberg am Wechsel: The Austrian Ludwig Wittgenstein Society, 2004. p. 89-91.
- _____. *Valor Intrínseco*. Metaética, Ética Normativa e Ética Prática em G. E. Moore. Florianópolis: Edufsc, 2005. (Série Ethica)
- FARIA, P. Le Guêpier de Moore. In: LAUGIER, S. (ed.) *Wittgenstein: Métaphysique et jeux de langage*. Paris: Presses Universitaires de France, 2001, p.129-152.
- GETTIER, E. Is Justified True Belief Knowledge? In: GRIFFITHS, A.P. *Knowledge and belief*. Oxford: University Press, 1976. p.144-6.
- GOLDSSTEIN, L. Wittgenstein's late views on belief, paradox and contradiction. *Philosophical Investigations*. V.11, n.1, 1988. p.49-73.
- HARE, R. *The language of morals*. Oxford: Clarendon Press, 1952.
- HEAL, J. Moore's Paradox: a Wittgensteinian Approach. *Mind*. N.103, 1994. p.5-24
- KLEMKER, E.D. *The Epistemology of G. E. Moore*. Evanston: Northwestern University Press, 1969.
- LINVILLE, K. & RING, M. Moore's Paradox Revisited. *Synthese*. N.87, 1991. p.295-309.
- MOORE, G. E. Kant's Idealism. *Proceedings of the Aristotelian Society*. V. iv, 1903-4.
- _____. *Principia Ethica*. Cambridge, Cambridge University Press, 1993. p. 183.
- _____. *Ethics*. London: Oxford University Press, 1912.
- _____. *Philosophical papers*. London/New York: George Allen & Unwin/Humanities Press, 1970.
- _____. A Reply to My Critics. In: SCHILPP, P.A. (ed). *The philosophy of G. E. Moore*. Evanston/Chicago: Northwestern University, 1942. p. 533-677.
- _____. Moore's Paradox. In: *MOORE, G. E: Selected Writings*. (edited by T. Baldwin). London/New York: Routledge, 1993.
- NEVES, E. F. O Paradoxo de Moore: a aproximação wittgensteiniana. *Grifos*, n.12, maio de 2002. p. 69-95.

WILLIAMS, J. N. Wittgensteinian accounts of Moorean absurdity. *Philosophical Studies*. n.92, 1998. p.283-306.

WITTGENSTEIN, L. *Werkausgabe in 8 Bänden*. Frankfurt: Suhrkamp, 1989.

_____. *Letters to Russell, Keynes and Moore*. Oxford: Blackwell, 1974.

WELBOURNE, M. More on Moore. *Analysis*. 52 (4) pp.237-241.

Email: ddarlei@yahoo.com

Recebido: novembro/2007

Aprovado: dezembro/2007